

11 DE NOVEMBRO DE 2015

Portugal e Angola: o caso Luaty Beirão

PAULO GORJÃO

Instituto Português de Relações Internacionais e Segurança (IPRIS)

Ciclicamente, as relações bilaterais entre Portugal e Angola conhecem momentos de maior tensão política. O último episódio havia ocorrido em Outubro de 2013, altura em que o Presidente angolano, José Eduardo dos Santos, citou “incompreensões ao nível da cúpula” e “o clima político”, como justificação oficial para colocar um ponto final na construção da parceria estratégica entre os dois países.¹ A decisão angolana surgiu na sequência da abertura de inquéritos na Procuradoria-Geral da República portuguesa visando figuras próximas do Presidente angolano. Inquéritos que, importa recordar, mais tarde viriam a ser arquivados.

Posteriormente, as relações bilaterais conheceriam dois anos de relativa calma, mas eis que agora a temperatura política voltou a subir. Segundo o *modus operandi* anterior, o *Jornal de Angola* assumiu em editorial o papel de ponta de lança nas críticas ao governo português,² estratégia complementada por algumas intervenções algo destemperadas do embaixador de Angola em Lisboa, José Marcos Barrica.³ Em causa esteve a visita do embaixador de Portugal em Luanda, João da Câmara,⁴ ao activista luso-angolano, Luaty Beirão — acusado de ac-

tos preparatórios para uma rebelião e um atentado contra o Presidente angolano —, na altura internado numa clínica em Luanda em consequência da greve de fome que, por sinal, viria a terminar mais tarde.

A poucos dias de se dar início ao seu julgamento — é suposto começar no próximo dia 16 de Novembro e prolongar-se por cinco sessões — talvez fosse importante, independentemente da sua conclusão, retirar deste caso algumas pistas sobre o que poderá estar no horizonte para as relações entre Portugal e Angola.

Segundo a *Economist Intelligence Unit* (EIU), os protestos políticos em Angola deverão aumentar e o governo deverá continuar a “reprimir duramente” tudo o que considera ser uma ameaça à estabilidade ou à sua hegemonia. Ainda de acordo com a EIU, “a raiva surge do estado de fraqueza da economia e é alimentada pela falta de mudanças políticas”. A nota de análise da EIU lembra que José Eduardo dos Santos “pode, em teoria, permanecer no poder até 2022”.⁵

Não sei se os protestos políticos tenderão a aumentar, tal como vaticina a EIU, ainda que o senso comum pareça apontar nesse sentido. Em todo o caso, é suficiente que a contestação se mantenha nos níveis actuais — e que o governo angolano persista na mesma estratégia repressiva perante o exercício da liberdade de expressão — para que, mais tarde ou mais cedo, um novo incidente provoque tensões políticas entre Portugal e Angola.

1 “Presidente angolano anuncia fim da parceria estratégica com Portugal” (*Lusa*, 15 de Outubro de 2013).

2 José Ribeiro, “De Portugal nada se espera” (*Jornal de Angola*, 25 de Outubro, 2015).

3 Embaixador acusa Portugal de usar Luaty para “diabolizar Angola” (*Lusa*, 25 de Outubro de 2015).

4 Marlene Carrico, “Embaixador português em Luanda visita Luaty Beirão na quinta-feira” (*Observador*, 21 de Outubro de 2015).

5 “Economist diz que protestos políticos em Angola têm tendência para aumentar” (*Lusa* via *Económico*, 28 de Outubro de 2015).

A sucessão de José Eduardo dos Santos seria um passo no sentido certo, mas por si só não resolve o problema de fundo e que tem que ver com a natureza iliberal, coloquemos a questão deste modo, da democracia angolana. Naturalmente, não compete ao governo português — ou a qualquer outro — determinar o futuro político de Angola. Dito isto, em matérias de direitos humanos, tal como a restante comunidade internacional, Portugal pode e deve ter uma palavra a dizer se as circunstâncias o exigirem.

Consciente da especial sensibilidade angolana a qualquer crítica oriunda do governo português ou de sectores da comunidade internacional em que se movimentam portugueses, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Rui Machete, teve o cuidado de enquadrar a sua abordagem ao caso Luaty Beirão enquanto matéria de foro humanitário. Acontece que, como se veio a constatar, nem isso foi suficiente para apaziguar os ânimos angolanos. Situações como esta, ou de natureza similar, têm elevada probabilidade de voltar a repetir-se no futuro se Angola mantiver a mesma linha repressiva, como é provável que

venha a acontecer. Porém, o governo português não tem de deixar de seguir aquele que tem sido tradicionalmente um dos vectores relevantes da sua política externa, i.e. a defesa dos direitos humanos. Aliás, Portugal tem responsabilidades acrescidas nesta matéria decorrentes do facto de ser actualmente membro do Conselho de Direitos Humanos.

Independentemente de a parceria estratégica entre os dois países ter sido abortada, o governo português não está, nem deve estar, no ramo de 'negócio' das mudanças de regime. Na mesma linha, Portugal não deseja em Angola qualquer fenómeno do tipo da Primavera Árabe que assolou a Tunísia e que depois se estendeu, entre outros, à Líbia e ao Egipto. Por razões óbvias, o governo português tem todo o interesse na estabilidade política, económica e social de Angola. Dito isto, Portugal não pode fechar os olhos perante a gestão pouco razoável de fenómenos de contestação política e social. Nessa medida, apertem os cintos de segurança porque será uma questão de tempo até que ocorra a próxima crise política entre Lisboa e Luanda.

EDITOR | Paulo Gorjão

EDITOR ASSISTENTE | Gustavo Plácido dos Santos

DESIGN | Atelier Teresa Cardoso Bastos

Instituto Português de Relações Internacionais e Segurança (IPRIS)

Rua da Junqueira, 188 - 1349-001 Lisboa

PORUTGAL

<http://www.ipris.org>

email: ipris@ipris.org

IPRIS Comentário é uma publicação do IPRIS.

As opiniões expressas são da exclusiva responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente as opiniões do IPRIS.

Parceiros

Mecenas

